

COMISSÃO ESPECIAL QUE DISCIPLINA NORMAS SOBRE ARMAS DE FOGO

REQUERIMENTO NR, DE 14 DE ABRIL DE 2015

(DO SR. SUBTENENTE GONZAGA)

Requer a audiência Pública com a participação da Sociedade Civil, para debater o PL 3722/2012, que disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, e revoga a Lei 10.826/2003 – Estatuto do Desarmamento.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública com a participação do **Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP** em sua representação tripartite, portanto com a presença de um representante dos Trabalhadores em segurança Pública, um dos Gestores e um da Sociedade civil. Requeiro ainda que nesta mesma audiência seja convidadas as seguintes Instituições e autoridades: Instituto Sou da Paz, na pessoa do Coordenador da Área de Sistemas de Justiça e Segurança Pública, Senhor Bruno Langeani; Professor do Centro de Altos Estudos de Segurança da PM e ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, Coronel José Vicente; Diretor da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) Senhor Daniel Cerqueira; Coordenador da Rede Desarma Brasil, Senhor Tião Santos; Coordenador do Movimento pela Paz - MOVPAZ, do Estado da Paraíba, Senhor Almir Laureano e o Coordenador do Viva Rio, Senhor Rangel Bandeira, para debater o Projeto de Lei n.º 3722/2012, que disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas.

Gabinete 750, Anexo IV da Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes
Brasília - DF – CEP: 70160-900 • (61) 3215-5750 – 3215-2750
dep.subtenentegonzaga@camara.leg.br

Justificativa

O processo legislativo no âmbito nacional é bicameral, e esta Casa representando o povo brasileiro, com toda sua efervescência, por certo estará sempre pautando temas controversos, pois é assim que se sustenta o princípio democrático, republicano, quando propicia os debates sempre calcados na dialética.

Alguns temas, densos, que se encontram nesta casa, - redução da maioria penal, alteração do fator previdenciário, reforma política, dentre outros – são e serão objetos de grandes debates, e nesta seara, o PL 3722/12 também merece nossa atenção e responsabilidade no sentido garantir a ampliação e qualificação das discussões.

Este tema, ao que estamos acompanhando, tem colocado em lados opostos, aqueles que defendem a revogação do estatuto do Armamento e aqueles que defendem sua manutenção. E se não for possível a convergência, naturalmente que haverá de consolidar uma maioria. Em ambos os lados há sustentação em suas defesas, e portanto os dois lados devem ser ouvidos.

Neste sentido, entendemos de suma importância que se considere a representatividade do CONASP por sua composição tripartite de Trabalhadores e gestores da segurança pública, Sociedade civil Organizada, bem como pelo seu acúmulo na formulação e análise das políticas públicas de segurança pública.

Da mesma forma, há que se justificar o acúmulo das entidades aqui relacionadas e sugeridas para esta audiência pública.

Assim, solicitamos aos senhores e Senhoras deputadas que apoiem e acolham este requerimento, para que esta Comissão possa decidir em consonância com a percepção e interesse da maioria dos cidadãos Brasileiros.

Subtenente Gonzaga (PDT/MG)
Deputado Federal